

Brasília-DF, 23 de abril de 2025

Reunião com o Deputado Federal Pedro Campos (PSB/PE)



Nesta terça-feira, 22 de abril de 2025, na Câmara dos Deputados, em Brasília, José Reginaldo, presidente da CNTI, Nelson Bonardi, Secretário Geral da CNTI e Sônia Zerino, Secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, Juventude e Idoso da CNTI, reuniram-se com o Deputado Federal Pedro Campos (PSB-PE). Na pauta, assuntos relevantes para a participação do sindicalismo no fortalecimento do setor industrial, além da maior proteção dos direitos trabalhistas. Durante a reunião, a CNTI entregou formalmente um ofício solicitando o apoio do parlamentar às demandas da confederação, com destaque para a valorização dos sindicatos, a defesa das relações trabalhistas e a ampliação de políticas públicas para o setor, com a participação dos trabalhadores. Entre os assuntos da pauta, destacam-se: a transição justa em face às condições ambientais do trabalho, energia renovável, inovação tecnológica socioambiental e formação sindical e profissional.

O Deputado Pedro Campos manifestou apoio às reivindicações apresentadas e comprometeu-se a analisar cuidadosamente as solicitações, destacando a importância do diálogo constante com as representações de trabalhadores. Além disso, foi enaltecido às celebrações dos 80 anos da CNTI, que ocorrerá em 2026, com o convite para participação em eventos alusivos, ao que o parlamentar mostrou-se receptivo, sugerindo colaboração na divulgação e articulação política para fortalecer a iniciativa.

Como encaminhamento, definiu-se a necessidade de acompanhamento das pautas junto ao gabinete do deputado e o desenvolvimento de ações conjuntas para avançar nas proposições apresentadas, consolidando esta parceria como um marco estratégico para a atuação institucional da CNTI. O deputado também sugeriu uma agenda com a representação dos trabalhadores no Estado de Pernambuco, que deverá ocorrer ainda esse ano.

Centrais Sindicais alertam para os riscos da "pejotização geral"

Saiba como a pejotização afeta os direitos trabalhistas. Centrais sindicais alertam sobre os riscos desse tema no STF.



Foto: Marcelo Casal/Agência Brasil

Em nota divulgada na sexta (18), as Centrais Sindicais alertam para os riscos da "pejotização geral" (Tema 1389 no STF), que ameaça a proteção trabalhista e

incentiva a precarização. As entidades, pedem audiências públicas para debater o tema da pejotização e defendem a competência da Justiça do Trabalho como garantia de direitos fundamentais.

Segundo as Centrais:

"São múltiplos e extensos os impactos, exigindo uma profunda análise das suas repercussões para a proteção trabalhista, social e sindical, para o sistema de previdência social e regime fiscal, sobre os efeitos para as gerações futuras e sobre o esforço de construção de um país menos desigual".

Leia aqui a nota:

A Plenária Nacional das Centrais Sindicais, seguida de uma marcha, que será realizada no próximo dia 29 de abril, em Brasília, é parte das atividades unitárias para celebrar mais um 1º de maio. A Plenária lançará os documentos "PRIORIDADES DA PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA PARA 2025", Agenda Legislativa 2025 e a Agenda Jurídica perante o STF e o TST.

Brasília-DF, 23 de abril de 2025

Nesses documentos apresentamos diretrizes propositivas e analíticas para a superação das desigualdades econômicas e sociais, a distribuição da renda e riqueza, a geração de empregos de qualidade, a proteção social, trabalhista e previdenciária, entre tantas outras dimensões, tudo orientado para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico e socioambiental sustentável para um país solidário, fraterno e justo.

Nas vésperas deste 1º de maio, a Repercussão Geral recentemente reconhecida sobre o tema da "pejotização geral" (Tema 1389 – ARE: 1532603), com determinação de suspensão da tramitação de todos os processos envolvendo a discussão de fraude, envolve o debate deliberativo sobre a competência da Justiça do Trabalho e o reconhecimento de relações civis e comerciais, em detrimento do reconhecimento de trabalho humano, vinculado aos princípios do trabalho decente (OIT), entre outros aspectos.

São múltiplos e extensos os impactos, exigindo uma profunda análise das suas repercussões para a proteção trabalhista, social e sindical, para o sistema de previdência social e regime fiscal, sobre os efeitos para as gerações futuras e sobre o esforço de construção de um país menos desigualitário.

Por estas e outras razões as Centrais Sindicais e suas entidades filiadas se somam às manifestações já realizadas por outras entidades nacionais em defesa dos direitos sociais do trabalho, da competência da Justiça do Trabalho e contrárias às decisões que têm levado à ausência de compromisso social das empresas, retirando suas responsabilidades em detrimento do trabalho humano e decente, aprofundando o quadro de precarização das relações individuais e coletivas de trabalho no Brasil.

Para tratar do tema 1389 e das suas inúmeras relações conexas, pela abrangência e potencial revelado na própria enunciação da tese, as Centrais Sindicais estão tomando iniciativas no sentido de:

Propor ao STF a realização de Audiências Públicas para recepcionar a análise que as organizações sindicais, especialistas e o poder público, de diversas áreas, têm a aportar sobre o tema.

Propor ao Ministro do Trabalho e Emprego a articulação dos Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda e outros órgãos do Executivo Federal (a) o aporte de estudos sobre o tema e suas múltiplas repercussões e b) estudos para serem apresentados em Seminário(s) com a participação de especialistas, dirigentes sindicais e gestores públicos, parlamentares, MPT, ministros do TST e STF.

As Centrais Sindicais reafirmam o seu compromisso de

defesa dos direitos da classe trabalhadora e do diálogo social como resposta para os desafios contemporâneos nos marcos de preservação dos direitos fundamentais sociais do trabalho e da democracia no Brasil.

São Paulo, 17 de abril de 2025.

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor

Fonte: Rádio Peão Brasil

Por um Brasil mais Justo



As Centrais Sindicais convocam todas as trabalhadoras e trabalhadores para participarem da *Plenária da Classe Trabalhadora*, que será realizada

Brasília-DF, 23 de abril de 2025

no próximo *dia 29 de abril*, em Brasília. Este é um chamado à união, à mobilização e à luta por direitos, dignidade e justiça social.

Com o tema **Por um Brasil mais justo**, a plenária reunirá lideranças sindicais de todo o país, movimentos sociais e representantes da sociedade civil organizada, com o objetivo de fortalecer as pautas da classe trabalhadora diante dos desafios políticos, econômicos e sociais do país.

🔊 É hora de fazer a nossa voz ecoar!

✦ Venha somar forças e construir, juntos, um futuro com mais igualdade, oportunidades e respeito aos direitos trabalhistas!

Convite

✦ Dia 29 de abril - Concentração às 8h

📍 Estacionamento do Teatro Nacional – Brasília (DF)

Participe! Sua presença faz a diferença.

Unidos por um Brasil mais justo!

Fonte: NCST

Alckmin diz que governo vai revisar imposto sobre produtos não produzidos no Brasil



"Nós vamos fazer uma revisão da questão dos chamados ex-tarifários para separar bem", disse

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou nesta terça-feira que o governo federal irá revisar seu regime de ex-tarifários para zerar impostos de importação sobre produtos não produzidos no país.

"Nós vamos fazer uma revisão da questão dos chamados ex-tarifários para separar bem", disse em entrevista a jornalistas no evento do setor automotivo Automec.

"O que nós não fabricamos no Brasil, a gente zera o imposto de importação para poder importar e a indústria crescer, mas o que nós fabricamos no Brasil, não. Nós queremos fortalecer a indústria no nosso país", disse Alckmin, sem especificar que produtos poderão ter o imposto de importação zerados após a revisão.

O regime de ex-tarifário consiste na redução temporária da alíquota do imposto de importação de

bens de capital, de informática e telecomunicação quando não houver a produção nacional equivalente.

Fonte: Reuters

Brasil está próximo do pleno emprego, diz Galípolo

Presidente do Banco Central vê economia aquecida, mas alerta para inflação alta e desafios na transmissão da política monetária



Gabriel Galípolo (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou nesta terça-feira (22) que o Brasil está se aproximando do pleno emprego. A declaração foi feita durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, convocada para tratar da política monetária e de temas institucionais do BC.

Galípolo citou que a taxa de desocupação no trimestre encerrado em fevereiro foi de 6,8%, próxima da mínima histórica registrada no trimestre encerrado em novembro de 2024, quando atingiu 6,1%. Segundo ele, os indicadores de mercado de trabalho e atividade econômica reforçam o ritmo intenso da economia.

"Por diversas métricas que você possa medir, seja relativas a mercado de trabalho, seja a nível de atividade dos diversos setores, o que a gente passa a assistir é que a economia brasileira mostra um dinamismo excepcional e que ela está bastante aquecida", declarou o presidente do BC aos senadores.

Apesar do cenário positivo no emprego, Galípolo chamou atenção para o comportamento da inflação, que segue elevada e disseminada entre diferentes segmentos. Em sua apresentação, ele destacou que os preços continuam acima da meta contínua de 3% ao ano, com aumentos registrados em bens industriais, serviços, preços administrados e alimentação em domicílio. Segundo ele, há uma persistente desancoragem das expectativas do mercado.

Durante a audiência, Galípolo também voltou a mencionar que os efeitos da política monetária no

Brasília-DF, 23 de abril de 2025

Brasil podem não ser tão eficazes quanto em outras economias, devido a possíveis obstáculos em sua transmissão. "Talvez não apresentem a mesma fluidez de outros países, podendo haver 'alguns canais entupidos'", observou.

O presidente do BC reforçou ainda que o cenário externo tem influenciado fortemente a formação de preços no mercado interno. Ele citou incertezas relacionadas à condução da política econômica dos Estados Unidos e possíveis impactos de uma política tarifária mais rígida. Segundo Galípolo, há avaliações de que essas medidas podem desacelerar a economia global e afetar cadeias produtivas.

Outro ponto levantado foi a necessidade de repensar o modelo de financiamento do crédito imobiliário no Brasil. Galípolo afirmou que a atual dependência da poupança — cujos depósitos estão em queda — exige alternativas. Ele mencionou que estão em análise propostas que aproximem o sistema brasileiro de modelos baseados em captação de mercado.

Fonte: Brasil247

Deputado propõe liberar FGTS ao trabalhador todo mês

Texto visa FGTS na folha de pagamento e mudança de regras no saque e na demissão sem justa causa.



Lula Marques/Agência Brasil

O projeto de lei 335/2025, de autoria do deputado Pastor Eurico (PL-PE), está em análise na Câmara dos Deputados e altera o funcionamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta prevê que o trabalhador possa receber mensalmente os valores do fundo, diretamente na folha de pagamento.

O texto propõe que a adesão ao modelo possa ser feita no momento da contratação ou no decorrer do vínculo empregatício. Se a escolha ocorrer após a admissão, os pagamentos mensais passam a valer no mês seguinte ao pedido formal. Atualmente, os depósitos do FGTS são feitos em uma conta vinculada, com saques limitados a situações previstas na lei nº 8.036/90. Segundo o autor, essa sistemática restringe o acesso dos trabalhadores ao próprio dinheiro.

O deputado justifica a proposta com base na baixa

rentabilidade da conta vinculada, cuja correção é feita pela Taxa Referencial somada a 3% ao ano. "A intervenção estatal no patrimônio do trabalhador viola a liberdade de escolha", afirmou.

O projeto também altera as regras de demissão. Caso o desligamento ocorra sem justa causa, o empregador deverá pagar um adicional de 40% sobre os depósitos mensais feitos diretamente ao trabalhador. Em situações de culpa recíproca ou força maior, comprovadas judicialmente, o percentual será de 20%.

A proposta estabelece ainda que empresas que deixarem de repassar os valores mensais estarão sujeitas às mesmas penalidades aplicadas em casos de inadimplência no sistema atual. A fiscalização caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para entrar em vigor, precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: Congresso em Foco

